

# Limites ao Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro: Aspectos Estruturais de seu Processo de Industrialização no período recente

Bruno Leonardo Barth Sobral<sup>1</sup>

**Resumo:** Esse artigo visa analisar a evolução recente do processo de industrialização do Estado do Rio de Janeiro. Dessa forma, é apresentada uma avaliação da dinâmica industrial da economia estadual e de sua contribuição para a economia do país. A hipótese que se pretende defender é que o principal motivo de persistir uma base produtiva fragilizada no Estado do Rio de Janeiro seria a carência de transformações estruturais mais profundas que garantissem maior integração e valorização de sinergias internas de modo associado ao aprofundamento de sua contribuição na divisão do trabalho inter-regional.

**Palavras-Chave:** Industrialização; Desenvolvimento Regional; Economia Fluminense

**Classificação JEL:** R11

## Introdução

O Estado do Rio de Janeiro vem enfrentando sérios limites para recriar capacidade produtiva junto ao esforço de desenvolvimento nacional. O objetivo do trabalho é analisar a evolução recente de seu processo de industrialização. Defende-se como hipótese que o fato de persistir uma base produtiva estadual fragilizada denota impasses para transformações estruturais mais profundas, voltadas para valorização de sinergias internas e maior contribuição na divisão do trabalho inter-regional.

Seu conteúdo será organizado por uma primeira seção que tratará dos aspectos históricos gerais da evolução econômica fluminense. Nas seções

---

<sup>1</sup> Economista pelo Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, e Mestre e Doutorando em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Rua Correa Dutra, 117 / 101 – Catete, Rio de Janeiro / RJ. CEP: 22210-050. E-mail: brunoleo@eco.unicamp.br.

seguintes, serão discutidos aspectos gerais de sua dinâmica industrial e, posteriormente, sua relevância nacional e as transformações estruturais em sua indústria de transformação no período recente.

## Aspectos históricos gerais da industrialização do Estado do Rio de Janeiro

O desenvolvimento econômico do Estado do Rio de Janeiro esteve historicamente articulado com a gênese e a consolidação do capitalismo no país. Entretanto, segundo Wilson Cano (1977), as relações sociais de produção, as forças produtivas e a acumulação de capital sob bases especificamente capitalistas se estabeleceram de forma privilegiada no seio da economia paulista. Assim, a economia fluminense prendeu-se estruturalmente a uma condição periférica, após a reversão da polarização da economia nacional para São Paulo em 1920.

Como ressaltou Robson Silva (2004), isso levou a ficar diretamente dependente do movimento geral da economia do país e da integração de seu mercado interno comandada por São Paulo já a partir da década de 1930. Segundo esse padrão de acumulação, manteve-se atrelada à crescente complementaridade interregional, embora, como realçou Ângela Penalva dos Santos (2002), com fraca complementaridade em termos estaduais, em especial, pela formação socioeconômica distinta da capital e do interior. Nesse ínterim, é preciso esclarecer que nunca houve um polo relativamente homogêneo no eixo Rio de Janeiro/São Paulo. Definir esses espaços produtivos regionais como partes da área de “industrialização central” do país obscurece diferenças estruturais cruciais, que vão se explicitando ao longo do tempo.

Todavia, algumas especificidades históricas positivas que detinha o Rio de Janeiro permitiram evitar a explicitação de sua condição periférica. Entre esses motivos, Carlos Lessa (2000) destacou o tradicional prestígio político-cultural e o caráter de centralidade metropolitana que vai assumindo a cidade do Rio de Janeiro. Além disso, enfatiza-se o papel do Estado na economia fluminense. Não seria exagero afirmar que, diante de grande parte da iniciativa privada estadual se prender a primazia dos interesses do capital mercantil, o Estado que liderava sua

acumulação. Como sublinhou Robson Silva (2004), isso poderia ser notado pela importante parcela da massa salarial federal e do gasto público viabilizar a urbanização e o aprimoramento da infraestrutura, a realização de investimentos produtivos via estatais e um componente autônomo da demanda nas atividades de serviço a partir da tecnoburocracia.

Todavia, enquanto relação contraditória, a economia fluminense ficou altamente dependente de transferências governamentais, concentrada no setor de serviços e sem lideranças ou instituições com perspectiva regional significativa. Portanto, como enfatizou Mauro Osório (2005), houve a despolitização quanto aos interesses regionais, mesmo com a transferência da capital federal para Brasília em 1960 tendo representando uma dura ruptura institucional.

Para ser evitada a degradação real da economia fluminense perante o aumento do peso de outras economias regionais no PIB total (como mostra a tabela 1), dependia-se da capacidade de arrasto da dinâmica nacional e de que suas especificidades históricas positivas prevalecessem. Assim, apesar das raízes estarem sendo plantadas, o esvaziamento econômico diante de outros espaços produtivos mais dinâmicos não se manifestou plenamente entre 1939 e 1980, pois o crescimento médio fluminense ao ano foi 6,0% e o nacional foi 7,0%.

**Tabela 1 - Participação Regional (%) no PIB total (Brasil = 100%)**

	1939	1949	1959	1970	1980	1985	1989
NO	2,6	1,7	2,0	2,2	3,2	3,8	4,9
NE	16,7	13,9	14,4	12,0	12,2	14,1	12,3
MG	10,0	10,4	7,9	8,3	9,4	9,6	9,6
ES	1,2	1,3	0,8	1,2	1,5	1,7	1,7
RJ	20,9	19,5	18,5	16,1	13,6	12,7	10,3
SP	31,2	36,4	37,9	39,5	37,7	36,1	37,8
PR	2,9	4,0	5,4	5,5	5,9	5,9	6,3
SC	2,2	2,5	2,4	2,8	3,3	3,3	4,2
RS	10,2	8,6	8,4	8,7	8,1	7,9	8,2
CO*	2,1	1,7	2,3	2,7	3,6	3,4	3,3
DF	-	-	-	1,0	1,5	1,4	1,5

Fonte: CANO, 2008. A partir de FGV e Contas Regionais/IBGE (metodologia antiga).

Nota: CO\* exclui DF.

Analisando a evolução de seu perfil industrial até o início da década de 1980, nota-se que avançou a diversificação. Contudo, segundo Hildete Pereira de Melo e Cláudio Considera (1986), houve dificuldade para maior vinculação à demanda intraindustrial. Afinal, como avaliou Hildete Pereira de Melo e Margarida Gutierrez (1990), apesar de introduzir segmentos relevantes dos complexos Químico-Farmacêutico e Metal-Mecânica na estrutura industrial (como Refino de Petróleo, Material de Transporte e Metalurgia Básica), estes complexos permaneceram incompletos e esgarçados. Sendo assim, ficou vulnerável às variações da renda interna em sua economia e aos rebatimentos de ciclos econômicos nacionais.

As debilidades de seu processo de mudança estrutural no seio da industrialização nacional foram discutidas em diversos trabalhos (SANTOS, 2002; SILVA, 2004; NATAL, 2005), destacando-se os seguintes aspectos característicos da menor competitividade relativa verificada: 1) Franca dependência de insumos e alimentos extra-estaduais; 2) Frouxa divisão territorial do trabalho interna, incapaz de criar maiores encadeamentos produtivos; 3) Pouca capacidade de captar setores de ponta industrial, a exemplo de Bens de Consumo Durável e Bens de Capital tecnologicamente modernos; 4) Fraco poder de extroversão, logo, sendo sensível à concorrência direta de economias regionais; 5) Irregular contribuição no comércio externo brasileiro, com boa parte da pauta de baixo valor agregado e de baixa sofisticação tecnológica; 6) Primazia dos interesses mercantis em diversos aspectos da realidade urbana.

Na falta de uma política mais integrada para a região, não foi surpresa que se evidenciasse suas fragilidades com o fim do Estado desenvolvimentista, crise metropolitana e os percalços da economia brasileira nas últimas décadas. Dessa forma, deflagrou-se um processo de esvaziamento econômico cuja capacidade de superação ainda cabe ser melhor discutida, principalmente, frente o novo caráter não virtuoso da desconcentração produtiva regional no país, como observou Wilson Cano (2008). Ao invés de voltado à coesão territorial e à redução da desigualdade social, esse autor apontou que estaria havendo uma disputa espacial acentuada na alocação de recursos, formando um tecido social esgarçado e sem um maior ordenamento territorial. Nesse contexto, torna-se relevante avaliar

as vulnerabilidades da indústria fluminense que dificultam um esforço de recuperação efetiva.

## A dinâmica geral da indústria fluminense

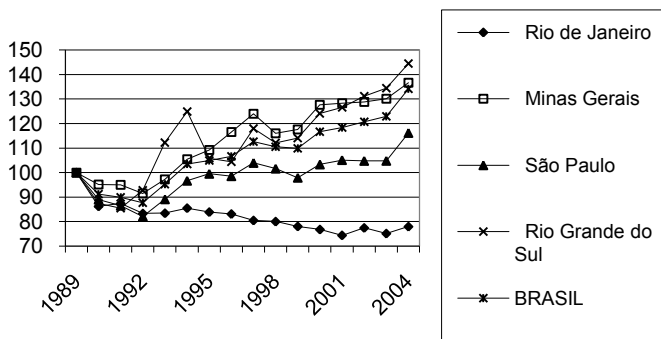
No período recente, a atividade extrativa mineral, particularmente a petrolífera, assumiu posição de destaque na estrutura produtiva estadual. Segundo as Contas Regionais pela nova metodologia,<sup>2</sup> sua participação na produção nacional em 2006 já alcançava 62,0% e sua concentração na estrutura produtiva estadual chegava a 38,8%. Por outro lado, pelos dados da SECEX/MDIC, sua participação na pauta exportadora fluminense saltou de 0,9% para 58,2%. Isso indica que o aparente sucesso exportador verificado a partir de 2004 não refletiu a diversificação da pauta pela maior maturidade da estrutura produtiva, mas, principalmente, o desempenho da Extrativa Mineral. Nesse ponto, é importante lembrar o aumento dos preços internacionais do petróleo no bojo do “efeito China”, após 2002.

Esse grande avanço da Extrativa Mineral poderia sugerir que um novo ciclo de crescimento seria possível para a indústria estadual como um todo. No entanto, seus resultados positivos não propiciaram efeitos multiplicadores expressivos sobre a base produtiva, sendo incapazes de reverter o debilitamento dela no período recente. Isso fica claro ao comparar a evolução real do valor adicionado bruto (VAB) da extrativa mineral e da indústria de transformação pela antiga metodologia das Contas Regionais/IBGE, como mostra o gráfico 1. Pela nova metodologia, verifica-se uma taxa de crescimento do VAB de 18,4% para Extrativa Mineral e -0,8% para a Indústria de Transformação no período 2002/2006.

---

<sup>2</sup> Em 2007, o IBGE alterou a metodologia das Contas Regionais da base em 1985 para base em 2000, revisando dados desde 2002.

**Gráfico 1 - Evolução real do VAB da extrativa mineral e da indústria de transformação do Rio de Janeiro, período 1989-2004 (1989 = 100)**



Fonte: IBGE - Contas Regionais (metodologia antiga)

Esse descolamento revela uma dinâmica econômica muito dependente do aproveitamento de recursos minerais. Isso sugere indícios de uma desindustrialização relativa, apesar da indústria de transformação ainda representar 24,0% da estrutura produtiva estadual, segundo as Contas Regionais/IBGE pela nova metodologia.

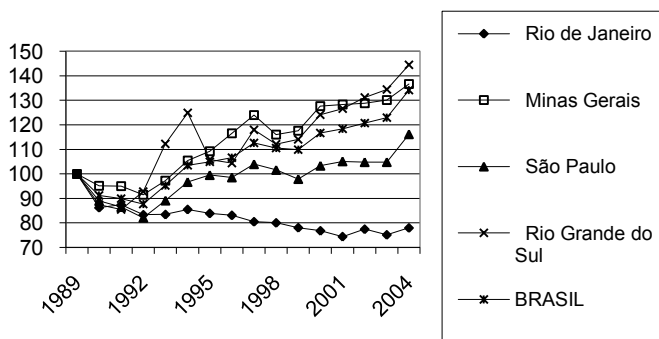
Um sinal desse processo ocorreu em diversas economias estaduais, relacionando-se a um movimento de dimensão nacional.<sup>3</sup> Wilson Cano (2008) defendeu essa interpretação, alegando que além de indicar uma evolução regressiva diante das trajetórias históricas de desenvolvimento nacional pelo esgarçamento das articulações intraindustriais e pela retração relativa do peso do grupo de Bens de Consumo Durável e Bens de Capital (BCD+BK), também levou a um baixo dinamismo de maneira geral a ponto da indústria de transformação deixar de liderar a expansão econômica do país.

<sup>3</sup> O tema da desindustrialização ainda é de grande controvérsia, porque não teve o fenômeno no país um caráter absoluto, logo, não levou à destruição de boa parte da estrutura industrial. Por isso, alguns trabalhos (como NASSIF, 2008) admitiram o risco eminente, porém identificando apenas uma “rigidez estrutural”. Já outros trabalhos (como PALMA, 2005; FEIJÓ, ALMEIDA e CARVALHO, 2005; FEIJÓ, 2007) defenderam que ocorre enquanto debilitamento do potencial dinâmico, enfatizando a “precoce” renúncia do notório papel de motor da economia e vetor endógeno de produtividade antes despenhado pelo setor industrial.

Ressalva-se que esse processo no estado tem especificidades próprias, embora sofra as consequências de continuar em boa parte caudatário da indústria paulista. Por exemplo, cabe mencionar o reflexo que sofre das privatizações mal realizadas. Historicamente, o peso das estatais em sua economia teve um significado dinâmico importante, logo, foi muito prejudicial o desmembramento ou a transferência de unidades das mesmas com as privatizações. Por isso, entres as demais unidades da federação, o peso nacional de sua indústria de transformação já era apenas o quinto maior em 2006 (atrás de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná), tendo uma participação relativa de 6,4%.

Como mostra o gráfico 2, pela antiga metodologia das Contas Regionais/IBGE, quando comparada sua evolução real do VAB com a ocorrida nas principais indústrias de transformação estaduais e na média nacional, fica visível um progressivo distanciamento, atenuado somente a partir de 2002. Isso demonstra que não apenas ocorreu um quadro de estagnação, mas ainda perduraram sinais da depressão que foi superada pelas demais estruturas industriais estaduais após 1992. Pela nova metodologia, como já se observou, o Rio de Janeiro foi um dos únicos que ainda teve uma evolução negativa (o outro caso foi o Rio Grande do Norte) no período 2002/2006.

**Gráfico 2 - Evolução real do VAB das principais indústrias de transformação estaduais e da média nacional, período 1989-2004 (1989 =100)**



Fonte: IBGE - Contas Regionais (metodologia antiga)

Segundo dados da PIM-PF/IBGE para o período 1989-2006, nota-se que a evolução mais positiva da produção física de algumas atividades isoladamente foi geralmente errática, além de não garantir um maior dinâmica intraindustrial capaz de melhorar o desempenho da indústria de transformação em seu conjunto. No grupo de Bens de Consumo Não Durável (BCND), o único que teve um desempenho mais significativo foi o ramo de Bebidas (84,0%). No grupo de Bens Intermediários (BI), destacaram-se as atividades com mais facilidade para exportar, mesmo que com dinâmica cíclica acentuada (por exemplo, a Metalurgia Básica, com 22,0%). Caso semelhante ocorreu em BCD+BK. Ressalta-se ainda que a modesta expansão de Derivados de Petróleo e Álcool (15,0%) e a grave retração de Borracha e Plástico (-50,0%) bem como Outros Produtos Químicos (-52,0%) sugerem uma insatisfatória capacidade de arrasto da atividade petrolífera, tal qual a forte retração de Material Elétrico (-65,0% até 2003) com respeito à automobilística (655,0%, pois começou praticamente do zero).

Diante da gravidade desse quadro, fica mais claro o baixo dinamismo da economia do Estado do Rio de Janeiro em seu conjunto. Inclusive, torna-se questionável a suposta “inflexão econômica positiva” discutida, entre outros autores, por Jorge Natal (2005). Com base na antiga metodologia das Contas Regionais/IBGE, indícios preliminares pareciam demonstrar uma reversão da trajetória de perdas relativas desde meados da década de 1990. Todavia, eles podem não ter passado de um efeito estatístico perante a nova metodologia empregada. Ressalva-se que os dados ainda disponíveis são insuficientes para uma análise definitiva, pois não devem ser comparados valores obtidos por critérios diferentes de mensuração estatística. Contudo, caindo mais que 1,0%, a participação regional no PIB nacional para 2004 ao trocar de metodologia, não se pode afirmar que o histórico retrocesso relativo foi revertido, ainda mais se notando que houve uma pequena redução do peso no período 2002/2006. Comparando com os demais estados, a evolução do volume do VAB total no Estado do Rio de Janeiro nos últimos anos foi a segunda pior do país (9,0%). Ficou na frente somente do Rio Grande do Sul, em grande parte pelo péssimo resultado que este último teve em 2005.



## A evolução da relevância nacional da indústria de transformação fluminense

Os fortes desequilíbrios macroeconômicos e as oscilações na demanda e nos preços somados a descontinuidade nas pesquisas disponíveis obrigaram que fossem adotados dois recortes: 1985/1996 e 1996/2005. Cabe lembrar que, entre 1985 e 1996, não houve Censo Industrial, e, entre 1996 e 2005, esse problema foi contornado em parte pelas Pesquisas Industriais Anuais (PIAs), ambos realizados pelo IBGE.

Com a continuidade de seu processo de debilitamento, não foi surpresa que a perda de participação relativa da indústria de transformação fluminense no valor da transformação industrial (VTI) se mantivesse no período 1985/1996 (passou de 9,5% para 8,1%), como mostra a tabela 2.

**Tabela 2 - Participação (%) fluminense no VTI nacional, período 1985-2005 (Brasil=100%)**

Gêneros (*)	1985	1996	2005
<i>Bens de Consumo Não Durável:</i>	9,2	9,2	5,7
Produtos alimentícios	6,0	4,06	2,2
Bebidas	8,5	14,8	10,7
Fumo	1,0	0,9	1,1
Têxtil	7,1	3,9	2,7
Vestuário e artefatos de tecido	12,6	10,9	7,3
Mobiliário	5,9	3,0	1,6
Editorial e Gráfica	27,9	18,5	15,4
Diversas	7,6	13,8	4,4
Farmacêuticos e Veterinários	27,6	20,8	14,9
Perfumaria, sabões e velas	14,8	11,8	7,4
Couros, peles e calçados	0,7	2,8	0,8
<i>Bens Intermediários:</i>	10,6	10,1	10,6%

Minerais Não-Metálicos	6,8	7,5	7,1
Metalúrgica Básica	14,0	18,6	14,6
Produtos de Metal	9,0	9,3	5,0
Derivados de Petróleo e Álcool	12,3	13,2	17,7
Outros Produtos Químicos	11,6	8,8	6,8
Madeira	1,5	1,3	0,7
Papel e Celulose	5,1	3,7	2,3
Borracha	5,9	9,9	7,3
Matérias Plásticas	13,0	7,1	3,5
Reciclagem	-	15,6	4,7
<i>Bens Consumo Durável e Bens de Capital:</i>	7,8	3,2	5,2
Mecânica	6,5	3,5	3,5
Máquinas p/ Escritório E Informática	-	0,2	2,7
Equipamentos Médicos, Automação e Cine-Foto	7,7	8,2	7,8
Material Elétrico e Comunicações	7,2	3,8	2,9
Material Eletrônico	-	1,0	0,4
Material de Transporte	10,2	3,3	7,7
Veículos Automotores	1,1	1,1	6,3
Outros Equipamentos de Transporte	40,7	23,4	14,3
<i>Todos os Ramos</i>	9,5	8,1	7,8

Fonte: IBGE - Censo Industrial de 1985, e PIAs de 1996 e 2005

Notas: (\*) Classificação adaptada à CNAE 85 conforme metodologia em: CANO, 2008.

(-) Não foi possível realizar o cálculo.

O grupo BCND foi o único que não apresentou redução relativa. Isso não significa que não continuou com perda relativa na maioria de seus ramos. Nesse quadro, a exceção mais significativa foi o aumento de 8,5% para 14,8% em Bebidas, o que demonstra que o resultado negativo no agregado do grupo foi evitado, em grande parte, por sua causa.

O grupo BI teve pequena redução relativa de 10,6% para 10,1%. Apesar disso, no bojo do crescimento na indústria brasileira das atividades exportadoras e energéticas, Metalurgia Básica e Derivados de Petróleo e Álcool asseguraram participações acima dos 10% no VTI nacional.

A significativa redução relativa do grupo BCD+BK revela a gravidade da crise quase generalizada de seus segmentos, com a maioria reduzindo sua participação entorno da metade.

No período 1996/2005, a indústria de transformação estadual passa por transformações que permitem a intensidade de sua histórica trajetória de queda relativa no VTI nacional ser arrefecida, porém, é preciso ponderar mais uma vez que isso não significa sua recuperação efetiva. Conforme visto na tabela 2, o grupo de BCND teve um forte aprofundamento de sua longa trajetória cadente, caindo de 9,2% para 5,7%. Ademais, houve perdas de participação em quase todos os ramos (excetuando Fumo). Contudo, é importante lembrar que alguns ramos prosseguiram tendo um destacado peso: Bebidas, Editorial e Gráfica, Farmacêuticos se mantiveram com mais de 10% do VTI nacional.

O grupo de BI, após o pequeno “tropeço” no período anterior, voltou a aumentar sua participação no VTI nacional, subindo de 10,1% para 10,6% novamente. Ressalta-se que as atividades exportadoras e energéticas mantiveram-se em evidência, por consequência, Metalurgia Básica e Derivados de Petróleo e Álcool asseguraram mais uma vez uma participação acima dos 10% no VTI nacional. Contudo, ambas as atividades metalúrgicas / siderúrgicas (Metalúrgica Básica e Produtos de Metal) tiveram perdas relativas em torno de 4,0%, chamando atenção à significativa redução de participação na produção nacional de estruturas metálicas e caldeiraria (-14,2%).

É importante destacar que na atividade siderúrgica estadual já vem sendo anunciado um importante volume de inversões em capacidade produtiva para os próximos anos. Todavia, grande parte disso deverá ser voltado para aumentar a exportação de semiacabados, logo, produtos de menor valor agregado, condicionados aos baixos custos de produção (menores custos salariais e de minério de ferro) e tendendo a gerar menores encadeamentos para frente.

Chama atenção que o mercado fluminense de produtos laminados continua limitado, tendo representando apenas 7,2% do consumo apa-

rente nacional no ano de 2000. Além disso, é preciso também lembrar o risco de uma possível concentração das áreas administrativo-financeiras dos principais empreendimentos fora do estado (por exemplo, na cidade de São Paulo), como já ficou mais evidente a partir da transferência do comando central da CSN.

Por outro lado, destaca-se que as atividades químicas apresentaram situações opostas: enquanto Outros Produtos Químicos tiveram uma perda relativa, Derivados de Petróleo e Álcool tiveram um ganho relativo, e isso demonstra que a elevada expansão das atividades petrolíferas só teve poder de arrasto mais significativo sobre as atividades de refino e produção de combustíveis.

O grupo de BCD+BK voltou a aumentar sua participação no VTI nacional, subindo de 3,2% para 5,2%. O grande destaque foi a retomada da relevância nacional de Material de Transportes. Ressalta-se que grande parte disso se deveu aos Veículos Automotores, que passam de 1,1% para 6,3%, especialmente à fabricação de ônibus e caminhões que já alcançou uma participação relativa de 24,7% em 2005. No entanto, deve-se lembrar que a instalação de novas unidades da indústria automobilística no Rio de Janeiro foi consequência de sua participação na Guerra Fiscal. Nesse ínterim, denota-se a pequena concentração no estado de segmentos associados à sua produção: autopeças elétricas bem como autopeças e acessórios para veículos, respectivamente, só possuíam 0,1% e 1,6% do VTI nacional em 2005.

Ademais, a Construção Naval não se recuperou efetivamente do desmonte que sofreu desde meados da década de 1980. Os resultados melhores a partir de 2000, sendo apenas parciais e ainda apresentando um comportamento cíclico, representam apenas uma maior reativação da produção, principalmente graças à demanda garantida pela política de compras da Petrobrás via sua subsidiária Transpetro. Porém, não pode ser considerada ainda uma retomada efetiva, o que carecia do fortalecimento de segmentos fornecedores de navieças e equipamentos, bem como de maiores encomendas de embarcações de cabotagem e longo curso. De toda forma, ela continua sendo uma atividade muito concentrada no Rio de Janeiro, representando 73,8% do VTI nacional em 2005.

É importante também notar que o ramo de Material Elétrico e Comunicações vem perdendo sucessivamente seu peso nacional. Como

expressão cabal disso, temos a situação recente da produção estadual de lâmpadas e luminárias: embora concentrasse 20,8% da produção do país em 2005, tornou-se patente sua desestruturação com o progressivo aumento do volume importado. Destaca-se ainda a maior relevância, quando separadas, das produções de equipamentos médicos e laboratoriais bem como de aparelhos de ótica, cine e foto, respectivamente, tendo 11,3% e 17,7% do VTI nacional em 2005. Apesar disso, entre os anos de 1996 e 2005, ambos tiveram perdas relativas (respectivamente, 3,9% e 5,1%).

## Aspectos estruturais da indústria de transformação fluminense

Houve uma nítida regressão estrutural da indústria fluminense no período 1985/1996, como mostra a tabela 3. Isso demonstra que o grupo de BCND foi aquele que conseguiu melhor resistir aos efeitos deletérios da crise econômica, mantendo uma expansão capaz de aumentar sua participação de 32,7% para 45,9%.

**Tabela 3 – Estrutura industrial fluminense (%), período 1985-2005**

Gêneros (*)	1985	1996	2005
<i>Bens de Consumo Não Durável:</i>	32,9	45,9	24,0
Produtos alimentícios	7,7	7,2	4,1
Bebidas	1,1	6,8	4,1
Fumo	0,1	0,1	0,1
Têxtil	4,5	1,7	0,8
Vestuário e artefatos de tecido	4,6	3,2	1,4
Mobiliário	0,9	0,5	0,2
Editorial e Gráfica	6,0	11,7	6,2
Diversas	1,3	1,5	0,3
Farmacêuticos e Veterinários	5,2	9,5	5,5

Perfumaria, sabões e velas	1,4	2,7	1,1
Couros, peles e calçados	0,2	0,8	0,2
<i>Bens Intermediários:</i>	47,0	44,7	61,2
Minerais Não-Metálicos	3,1	3,3	2,9
Metalúrgica Básica	11,9	12,9	16,2
Produtos de Metal	4,0	4,6	2,7
Derivados de Petróleo e Álcool	10,2	9,7	29,5
Outros Produtos Químicos	11,7	8,0	6,3
Madeira	0,2	0,2	0,1
Papel e Celulose	1,6	1,8	1,1
Borracha	1,1	1,7	1,2
Matérias Plásticas	3,1	2,5	1,1
Reciclagem	–	0,1	0,1
<i>Bens Consumo Durável e Bens de Capital:</i>	20,3	9,5	14,7
Mecânica	6,4	3,1	2,6
Máquinas p/ Escritório E Informática	-	0,1	0,2
Equipamentos Médicos, Automação e Cine-Foto	0,6	0,9	0,8
Material Elétrico e Comunicações	5,8	1,3	0,8
Material Eletrônico	–	0,4	0,1
Material de Transporte	7,5	3,6	10,2
Veículos Automotores	0,6	1,1	6,9
Outros Equipamentos de Transporte	6,8	2,6	3,3

Fonte: IBGE - Censo Industrial 1985, e PIAs de 1996 e 2005

Notas: (\*) Classificação adaptada à CNAE 85, conforme metodologia em: CANO, 2008.

(-) Não foi possível realizar o cálculo

Submetido às mudanças mais sérias nos preços relativos, o grupo de BI teve uma redução em sua participação relativa de 47,0% para 44,7%. Contudo, a maioria dos seus ramos apenas teve pequenas perdas e ganhos.

O grupo de BCD+BK sofreu forte retração, caindo de 20,3% para 9,5%. A gravidade desse movimento confirma a regressão estrutural mencionada antes. Inclusive, segundo Wilson Cano (2008), a fração desse grupo em 1996 era inferior ao patamar alcançado no final da década de 1950. Ressalta-se que a intensidade desse movimento negativo difere do ocorrido tanto no sudeste brasileiro como na média nacional, onde a indústria automobilística ainda garantiu resultados mais favoráveis. As elevadas perdas em Mecânica, em Material Elétrico e Comunicações, e em Outros Equipamentos de Transporte demonstram que esses ramos sofreram uma pesada desestruturação.

Por outro lado, no período 1996/2005, as transformações na base industrial fluminense aparentemente pareciam ter abrandado o quadro de regressão estrutural, conforme visto na tabela 3. Isso porque BCND reduz seu peso e aumentam BI e BCD+BK. Entretanto, essa evolução deve ser interpretada com bastante cautela, porque somente três ramos aumentaram sua participação de maneira mais significativa, perfazendo 52,6% da indústria fluminense em 2005: Metalurgia Básica, Derivados de Petróleo e Álcool, e Veículos Automotores.

Nesse ínterim, é importante perceber a importância que ainda possui no Rio de Janeiro as empresas estatais ou ex-estatais nas indústrias de base. Entre as maiores empresas no estado estão justamente Petrobrás/Petrobrás Distribuidora, CVRD, CSN e Furnas. Isso demonstra que, com exceção da automobilística, as produções que resistiram ao quadro de debilitamento crônico da indústria de transformação fluminense foram aquelas originalmente de orientação estatal e em segmentos estratégicos, onde os sinais de desconcentração no país foram menos evidentes.

Mesmo assim, e ainda que tenha também uma base produtiva bastante diversificada, fica claro que surgiu uma tendência à especialização estrutural, no sentido de fortalecimento de apenas alguns segmentos dinâmicos. Por conseguinte, esse período não sinalizou uma evolução progressiva da indústria de transformação diante das trajetórias históricas do desenvolvimento industrial.

Boa parte da retração de 45,9% para 24,0% do grupo de BCND se deveu a seu próprio debilitamento, e não ao melhor desempenho dos outros dois grupos. São notórios os fatores estruturais que reforçam seu

enfraquecimento: a maior exposição à concorrência no mercado interno, a ausência de uma base significativa de recursos naturais (excetuando o petróleo) e a inexpressividade da agricultura no estado (o que reduz a possibilidade de encadeamentos agroindustriais). Dessa forma, houve uma redução generalizada de seus segmentos na estrutura industrial estadual. As maiores reduções foram justamente em seus ramos mais destacados: Bebidas (-2,7%), Produtos Alimentícios (-3,2%), Farmacêuticos (-4,0%), e Editorial e Gráfica (5,5%).

Quanto ao grupo de BI, a maior parte do seu aumento de 44,7% para 61,2% se deveu aos Derivados de Petróleo e Álcool, apesar da Metalurgia Básica ter alcançado 16,2% na estrutura industrial do estado em 2005. Isso porque o segmento teve um ganho relativo de 19,8%, passando a representar 29,5% apesar da ampliação da capacidade de refino ter sido pequena no período.

A recuperação da participação de BCD+BK, passando de 9,5% para 14,7% deve ser creditada basicamente à instalação de uma nova indústria automobilística no estado. De fato, os Veículos Automotores aumentam 5,8%, passando a representar 6,9% da estrutura industrial em 2005, apesar de ainda haver sérias dúvidas sobre a possibilidade de sua contribuição para a consolidação de um complexo metal-mecânico. Por outro lado, a maior reativação da Construção Naval só se iniciando nos últimos anos, refletiu em um modesto ganho relativo para Outros Equipamentos de Transporte (0,7%).

Ressalta-se que o aumento de participação do grupo de BCD+BK poderia ter sido bem maior caso as atividades de alta tecnologia fossem ampliadas. Além do valor da produção científica do amplo conjunto de centros tecnológicos, essas atividades se distribuem sobre diferentes cadeias produtivas, representando um potencial de articulações muito grande.

Ainda continua fundamental a participação federal nessas atividades – por exemplo, no ano de 2004, representou 42% do total gasto com Ciência e Tecnologia (C&T) na economia fluminense. Sob o comando federal, continuou notória a excelência de suas universidades, além da permanência de diversas instituições não-universitárias, de centros de



P&D controlados por empresas estatais (ou ex-estatais), bem como da sede da principal agência de fomento (FINEP). Isso permite principalmente à cidade do Rio de Janeiro possuir ainda uma das bases técnico-científicas mais destacadas do país, com a segunda maior proporção de cientistas e pesquisadores por habitante. Contudo, permanece a falta de um maior fortalecimento da produção de tecnologia moderna e a dificuldade de oferecer maior suporte técnico as demais atividades.

A fim de compreender melhor a profundidade do processo de desindustrialização no Estado do Rio de Janeiro, é importante também analisar a relação Valor da Transformação Industrial / Valor Bruto da Produção Industrial (VTI/VBPI).<sup>4</sup> Segundo a tabela 4, para o período 1996/2005, apenas metade de sua produção interna vem possuindo geralmente conteúdo regional (passando de 54,5% para 51,4%).

Cabe ressaltar que as reduções de valor agregado foram quase generalizadas, destacando a expressiva redução no grupo de BCD+BK (-13,5%). Chama atenção o tamanho da queda em Material de Transporte (-15,7%), embora tenha ocorrido a instalação de novas unidades de produção automobilística e a maior reativação da Construção Naval. Ambas as atividades tiveram expressivas reduções na relação VTI/VBPI (respectivamente, -7,1% e -23,6%). Isso indica que os ganhos de competitividade obtidos a curto prazo refletiram contraditoriamente o significativo aumento na utilização de insumos produzidos externamente à estrutura industrial fluminense.

Entre os ramos mais destacados de BCND, apenas houve um aumento em Produtos Alimentícios (1,4%), e, para BI, foi em Derivados de Petróleo e Álcool (1,7%). Quanto a esse último grupo, chama atenção que, em Metalúrgica Básica, o crescimento na relação VTI/VBPI para o período 2002/2004, foi revertido em 2005. Assim, apesar de sua grande relevância na estrutura produtiva estadual, teve uma redução (-1,5%).

---

<sup>4</sup> Essa relação indica o quanto uma estrutura industrial utiliza insumos confeccionados internamente. Assim, torna possível avaliar se é intensiva em valor agregado gerado na própria indústria estadual (FEIJÓ, 2007).

**Tabela 4 - Evolução da relação Valor da Transformação Industrial / Valor Bruto da Produção Industrial (VTI/VBPI), período 1996-2005**

	Bens de Consumo Não Durável	Bens Intermediários	Bens Consumo Durável e Bens de Capital	Indústria de Transformação
1996	55,80%	53,00%	52,60%	54,50%
2005	52,50%	53,90%	39,10%	51,40%

Fonte: IBGE - PIA

Notas: Não foi considerada a influência de mudanças nos preços relativos. Segundo IEDI (2007), em termos nacionais, essa influência foi pequena no período.

## À guisa de conclusão

O Estado do Rio de Janeiro foi estruturado economicamente para participar do esforço de desenvolvimento nacional, porém, sem uma organização regional capaz de garantir maior controle sobre seus determinantes. Dessa forma, sua evolução tornou-se problemática em sua essência não simplesmente pela difusão desigual da industrialização nacional ou adversidades que este processo sofreu, mas porque tem especificidades históricas negativas como a existência de determinantes mercantis ainda notórios e um vácuo em políticas de maior cunho regional.

Por isso, não se deve fazer comemorações apressadas sobre qualquer manifestação de suposta recuperação da economia fluminense recentemente, em especial, no bojo da expansão das atividades petrolíferas. Isso porque as raízes do debilitamento de longa data não foram superadas, o que fica claro com o questionamento da propalada “inflexão positiva” e com a tendência de especialização produtiva de sua indústria no contexto de baixo dinamismo. Assim, diante da atual desconcentração regional no país, vem demonstrando se inscrever por vantagens locais isoladas que reforçam sua própria heterogeneidade estrutural.

Nessa perspectiva, não se conseguiu dotar a estrutura industrial de uma competitividade ampla. Ao contrário, em vez da consolidação de

cadeias produtivas com relevância nacional, houve uma maior diferenciação em apenas alguns segmentos dinâmicos cuja competitividade se mantém pautada principalmente em economias de aglomeração (por exemplo, Editorial e Gráfica, Vestuário, Bebidas etc.) e em economias de escala (por exemplo, Siderurgia, Refino de Petróleo e Material de Transporte etc.).

Contudo, diante da falta de maior estímulo às atividades baseadas em ciência, configura-se uma estrutura industrial de difusão tecnológica incipiente e com carência de um melhor aproveitamento da infraestrutura científica disponível. Então, fica caracterizada por ser passível de internalizar tecnologia industrial básica e ampliar serviços técnicos de apoio à produção, mas com sérios limites para a expansão de uma rede de fornecedores especializados e do atendimento de demandas de maior especificidade tecnológica, conforme evidenciou a desestruturação da Mecânica, bem como dos Materiais Elétricos e Comunicações.

A produção de BCND prosseguiu sofrendo concorrência direta de outras economias regionais, e, basicamente, permaneceu apoiada na complexidade da estrutura urbana estadual. Isso significa que grande parte de sua dinâmica acompanha o movimento global da economia, sendo induzida pela expansão do mercado consumidor e da capacidade de segmentá-lo. Por conseguinte, é limitada pela estrutura desigual da renda e sensível aos movimentos de demanda interna, com exceção de algumas atividades com maior capacidade de aumentar seu volume de exportação (por exemplo, Farmacêuticos).

Na produção de BI, a atividade de maior destaque foi a de Refino de Petróleo, reflexo do grande aumento da exploração da Bacia de Campos. Contudo, o sucesso dessa expansão demonstrou um limitado efeito multiplicador para o resto da base industrial, inclusive para as demais atividades químicas (incluindo Matérias Plásticas). Da mesma forma, na produção de BCD+BK, a destacada expansão da Automobilística ainda não demonstrou uma capacidade de arrasto significativa, sendo visível seu maior caráter de indústria *footloose*. Sendo assim, tanto a atividade petrolífera como também a automobilística vem apresentando uma configuração próxima de ser considerada como “enclaves dinâmicos”. Por outro lado, as Atividades Metalúrgicas / Siderúrgicas e a Construção

Naval apresentam um comportamento cíclico destacado, mostrando-se com dificuldades para investir na frente da demanda e superar as oscilações frequente de preços e quantidades. Grande parte disso reflete os impasses no quadro nacional, que reduz de maneira direta a capacidade dinâmica delas.

Em síntese, os principais pontos que explicariam a debilidade da indústria de transformação fluminense seriam: 1) As economias de especialização tecnológica e a capacidade de inovação não foram intensamente utilizadas e não se tornaram fatores de competitividade destacados, o que impossibilitou a consolidação de um sistema de C&T articulado à base produtiva; 2) Os limites para uma maior expansão do mercado consumidor e de sua capacidade de segmentação, o que torna parte dela bastante vulnerável às oscilações da renda agregada; 3) Os incipientes encadeamentos internos gerados, insuficientes para realimentar internamente a própria demanda e estimular com persistência a ampliação de sua base produtiva – isso leva a um potencial de diferenciação em grande parte circunscrito às configurações produtivas próximas de se tornarem “enclaves dinâmicos” 4) O comportamento ciclotímico e sem regularidade da produção nacional, o que reduz a capacidade de arrasto da demanda intraindustrial e provoca obsolescência não planejada – isso se reflete nas dificuldades de financiamento necessário em algumas atividades principais, embora tenham alta relação capital/produto e seja importante se antecipar ao crescimento da demanda.

Nesse sentido, não bastariam políticas circunscritas aos segmentos dominantes. Afinal, o cerne da problemática atual não seria buscar “vocações” produtivas regionais, mas rediscutir as contradições do próprio padrão de acumulação. Para isso, caberia (re)estruturar esferas de planejamento a fim de aumentar as sinergias internas e a contribuição na divisão do trabalho inter-regional.

## Limits to development of Rio de Janeiro State: structural aspects of industrialization process in recent period

**Abstract:** This article aims to analyze the recent evolution of industrialization process within the state of Rio de Janeiro. Therefore, it is presented a dynamic industrial evaluation of the state's economy and its contribution to the national economy. Our hypothesis is that the main reason for the permanence of a weak productive basis in Rio de Janeiro state is the absence of deeper structural transformations in order to achieve a greater integration and the good use of internal synergies regarding the improvement of its contribution to the inter regional division of labor.

**Key-Words:** Industrialization; Regional Development; Rio de Janeiro State's Economy

**Classificação JEL:** R11

### Referências bibliográficas

CANO, W. (2008). *Desconcentração produtiva regional no Brasil 1970-2005*. São Paulo: Editora UNESP.

\_\_\_\_\_. (1977). *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: Difel.

FEIJÓ, C. (2007). *Desindustrialização e os dilemas do crescimento econômico recente*. São Paulo: IEDI.

\_\_\_\_\_; ALMEIDA, J.S.G.; CARVALHO, P.G.M. (2005). *Ocorreu uma desindustrialização no Brasil?* São Paulo: IEDI.

LESSA, C. (2000). *O Rio de todos os Brasis*. Rio de Janeiro: Editora Record.

MELO, H.P.; GUTIERREZ, M. (1990). Os Complexos Industriais da Economia do Estado do Rio de Janeiro. *Anais do XVIII Encontro Nacional ANPEC*.

\_\_\_\_\_; CONSIDERA, C. M. (1986). "Industrialização Fluminense – 1930-1980". *Revista do Rio de Janeiro*. Niterói: UFF, 1 (3): 111-121.

NASSIF, A. (2008). “Há evidências de desindustrialização no Brasil?” *Revista de Economia Política*. São Paulo, 28 (1): 72-96.

NATAL, J. (2005). *Estado do Rio de Janeiro pós-1995*. Rio de Janeiro: Publicati.

OSÓRIO, M. (2005). *Rio nacional/Rio local: mitos e visões da crise carioca e fluminense*. Rio de Janeiro: Editora SENAC Rio.

PALMA J.G. (2005). Quatro fontes de desindustrialização e um novo conceito de Doença Holandesa. *Anais da Conferência de Industrialização, Desindustrialização e Desenvolvimento*. São Paulo: FIESP e IEDI.

SANTOS, A.M.S.P. (2003). *Economia, espaço e sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

SILVA, R.D. (2004). Rio de Janeiro: crescimento, transformação e sua importância para a Economia Nacional (1930-2000). *Dissertação de Mestrado*. Campinas: IE/UNICAMP.

*Recebido para publicação em fevereiro de 2009*  
*Aprovado para publicação em abril de 2009*